

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Gazeta Mercantil Class.: Amaz./Internac.
Data 11/08/93 Pg.: 125 107

O inimigo externo

por José Casado
de São Paulo

Com uma inusitada reunião do Conselho de Defesa Nacional seguida por algumas medidas administrativas, o presidente Itamar Franco entronizou na cena política do País um novo personagem — o “inimigo externo”.

O governo está, realmente, operando com a premissa de que a soberania brasileira sobre a Amazônia enfrenta riscos, como deixa claro a nota divulgada pela Presidência da República, única manifestação oficial sobre a reunião.

“O Conselho entende que o controle da Amazônia brasileira é da alçada soberana do Brasil”, diz a nota presidencial, acrescentando: “O exercício desse controle soberano é compatível com a visão da humanidade sobre a Amazônia, desde que despida de seus exageros, mitos e equívocos”.

O resgate do “inimigo externo” na cena política interna, depois do conflito

ideológico Leste-Oeste, ocorre numa conjuntura em que se desenvolve um intenso debate sobre um novo padrão de formação e atuação das Forças Armadas, que atualmente abrigam um contingente de 300 mil homens nos principais centros urbanos e enfrentam dificuldades orçamentárias para modernizar seus equipamentos.

Assim, o principal resultado prático da reunião do Conselho de Defesa Nacional, ontem, foi a chancela política a uma nova despesa de cerca de US\$ 600 milhões na compra, sem licitação, de um conjunto de sistemas de radares e de comunicações militares a serem implantados na Amazônia no prazo de “cinco a oito anos”, segundo a nota oficial.

Tudo vai ser feito em segredo de Estado, porque, argumenta o governo em sua nota, “o conhecimento público comprometeria o sistema” (de vigilância) que as Forças Armadas irão montar sobre uma área equivalente a 54% do território nacional.

A dispensa de licitação terá como base o Artigo 24 (inciso IX) da lei sobre compras e contratos da administração pública, sancionada por Itamar Franco há quarenta dias. Ali se estabelece exceção “quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional”.

Outras providências serão tomadas, como, por exemplo:

- Manobras militares envolvendo pelo menos 3 mil soldados em toda a área da fronteira Norte (Roraima), a partir de outubro, tendo como alvo a “proteção” do território de 9,4 milhões de hectares ocupado pela reserva indígena Yanomami.

- Na área diplomática, relata a editora Maria Helena Tachinardi, uma intensificação de esforços para ampliar a cooperação e a aproximação com Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana e Suriname. Envolve a aceleração de projetos de infra-estrutura na fronteira e até convites para conversações, em Brasília, a chefes militares e presidentes desses países.

Já foi convidado o comandante-geral das Forças Armadas da Colômbia, país que acaba de acertar com os Estados Unidos a construção de cinco bases militares em seu território. Outro que o Itamaraty es-

pera receber em breve é o presidente da Guiana, Cheddi Jagan, que tem permitido manobras de tropas estrangeiras, lideradas pelos EUA, na zona de fronteira e, há um mês, aceitou novo acordo com Washington para reconstrução da base militar de Macuna.

Mais oitocentos soldados norte-americanos são esperados na Guiana para exercícios na selva, em outubro. Em Washington, porém, acredita-se que “há exagero ou equívoco de informação” da parte do governo brasileiro quanto a uma suposta ofensiva sobre a Amazônia — conforme ouviu o correspondente Paulo Totti de fontes diplomáticas norte-americanas.

Fontes do governo dos EUA observaram que essas manobras acabaram sendo legitimadas pelo próprio governo Itamar Franco, que deslocou o adido militar em Georgetown, capital da Guiana, para acompanhá-las.

(Ver página 5)

Governo brasileiro quer ampliar a cooperação entre países amazônicos

por Maria Helena Tachinardi de Brasília

O governo brasileiro está intensificando seus esforços para ampliar a cooperação e a aproximação com os sete países amazônicos — Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana, Suriname e Bolívia. No final do ano passado, o presidente Itamar Franco lançou a Iniciativa Amazônica, que implicará a assinatura de acordos de complementação econômica com os vizinhos, uma forma de o Brasil revelar uma certa posição de liderança na América do Sul, em contraste com o México, que tem tido iniciativas nas Américas do Norte e Central e no Caribe.

No âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, do qual fazem parte os oito países, observa-se também o desejo de fortalecer esse mecanismo multilateral, com a criação da sétima comissão (educação), que se somará às de ciência e tecnologia, transportes e comunicações, turismo, saúde, meio ambiente e assuntos indígenas.

O que está acontecendo, disse a este jornal uma fonte do Itamaraty, é que se voltou a falar com mais força na importância das ligações terrestres, rodoviárias e fluviais, na região amazônica. "Com todos esses países há possibilidade de se abrir vias de comunicação com o Brasil", comentou.

Há duas semanas, autoridades da Colômbia e do Brasil se reuniram em Brasília para analisar um projeto da Organização dos Estados Americanos (OEA) para o desenvolvimento da linha de fronteira Apaporis-Tabatinga. Segundo o embaixador colombiano, Guillermo Alberto Gonzalez, trata-se da maior fronteira em linha

Para os EUA, há equívoco ou exagero

por Paulo Totti de Washington

Se o governo brasileiro está preocupado com manobras militares que os Estados Unidos têm realizado na Guiana, no Suriname e na Colômbia, na companhia dos exércitos desses países, está ocorrendo algum equívoco de informação ou exagero de análise, disseram a este jornal, ontem, fontes diplomáticas muito bem situadas de Washington. Segundo essas fontes, os Estados Unidos sempre realizaram operações de treinamento com exércitos latino-americanos e especialmente com os da região amazônica, limítrofes do Brasil. As últimas manobras de treinamento na selva realizada na Guiana, no Suriname e na Colômbia — esta última restrita ao combate ao narcotráfico — foram previamente comunicadas ao Brasil, por meio dos dois canais oficialmente utilizados nessas circunstâncias: o Itamaraty e os adidos militares.

No caso da última manobra na Guiana, o Brasil não só foi comunicado antecipadamente como recebeu convite para enviar seus próprios observadores militares. O convite foi aceito e o adiamento do Exército em Georgetown assistiu ao treinamento.

Nos últimos tempos, a atuação militar dos Estados Unidos no Norte da América do Sul e na América Central tem sofrido algumas mudanças, não só porque a Guerra Fria acabou como porque, em consequência, já não são necessários tantos gastos militares como o da manutenção do Comando Sul das suas Forças Armadas no Panamá. Essa base, que servia para o acompanhamento do que os Estados Unidos imaginavam ser ameaças estratégicas ao seu domínio militar na região, deverá ser desativada ainda nesta década, antes de expirar o contrato secular de exploração norte-americana do canal. Há preocupação, não só brasileira mas aparen-

temente também venezuelana, em torno do país da região que sediará as novas instalações do comando. Fontes de Washington disseram ontem que também essas preocupações são exageradas, pois muito provavelmente o Comando Sul será transferido, talvez ainda no governo Clinton, para o Sul da Flórida, nas imediações de Miami. A transferência faria parte de amplo e tortuoso processo de reconversão do complexo industrial militar americano, que inclui o fechamento de mais de uma centena de bases no país e no exterior e que irá provocar aumento do desemprego também do pessoal civil. A instalação do Comando Sul na Flórida seria uma compensação para outras bases a serem fechadas na região. Como a Flórida não tem selvas tropicais, os militares americanos continuarão, porém, fazendo treinamentos em selvas de outros países que concordarem em ceder seu território.

reta do mundo. Os dois países querem investir no desenvolvimento de infraestrutura, construção de aeroportos, melhoria no sistema de navegação fluvial, de saúde e das condições de vida das populações pobres da região fronteiriça.

Com os problemas nas fronteiras — narcotráfico e garimpos — o Brasil intensificou seu relacionamento com os vizinhos. Recentemente houve uma reunião em Manaus sobre a revisão dos marcos de fronteira, em que ficou decidido que será reconstruído em conjunto, por Brasil e Colômbia,

o marco Mello Franco, que está em más condições. "Estamos trabalhando também para melhorar o sistema de controle para evitar a passagem de narcotraficantes e de precursores (matérias-primas para elaboração da pasta de coca)", comentou o embaixador. Perguntado a respeito da implantação de um sistema de defesa na Amazônia, principal tema da reunião de ontem do Conselho de Defesa Nacional, Gonzalez afirmou que "a Colômbia respeita o que os demais países fazem e as medidas que tomem no interior de seus territórios".

Uma fonte do Itamaraty observou que o sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM/SIPAM), que o presidente Itamar Franco quer implantar e que deverá consumir cerca de US\$ 600 milhões para a instalação de um conjunto de radares, será benéfico para os países vizinhos, que

sempre se queixam de que o Brasil não está "tomando conta" da Amazônia, uma área de população extremamente rarefeita e onde o narcotráfico é facilitado. "Com os radares haverá uma real presença na região. É inútil pensar que se possa fazer fiscalização em alguns milhares de quilômetros quadrados. Temos de partir para métodos mais modernos", observou.

Os militares dos países vizinhos também estão em contato permanente com seus colegas no Brasil. Já está prevista para os próximos meses a vinda do comandante-geral das Forças Armadas da Colômbia. O governo também convidará o presidente da Guiana, Cheddi Jagan, que assumiu o poder no ano passado. Interessa ao Brasil tratar com "especial deferência" o Suriname e a Guiana, países de economia frágil e que tiveram problemas sérios de consolidação da democracia.

Conselho decide implantar sistema de vigilância

por Eugênio Lopes de Brasília

Reunidos por mais de duas horas com o presidente Itamar Franco, os membros do Conselho de Defesa Nacional (CDN) decidiram ontem à tarde pela imediata implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivan), o qual irá fiscalizar, através de radares, as fronteiras brasileiras. Em nota divulgada pelo Palácio do Planalto (ver abaixo), após a reunião, o Conselho reafirmou ainda que "o controle da Amazônia brasileira é da alçada soberana do Brasil".

Idealizado no governo Sarney, o Sistema de Vigilância da Amazônia tem por objetivo a repressão de atos ilícitos — como o tráfico de drogas e o contrabando de riquezas minerais —, ao controle ambiental e das áreas indígenas e ao monitoramento do uso da terra e das águas, ao povoamento ordenado e à garantia do desenvolvimento sustentável da região.

Na nota divulgada pelo Planalto não é abordado o custo de implantação do sistema. É revelado, no entanto, que a compra de equipamentos e o preparo dos programas de processamento e integração sistêmica para o Sivan serão feitos sem licitação pública. Essa exceção está prevista na lei de licitações públicas sancionada em 21 de junho último pelo presidente Itamar Franco que prevê a dispensa de licitação "quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto pelo presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional".

Participaram da reunião do Conselho de Defesa Nacional os presidentes da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira; e do Senado, Humberto Lucena; e os ministros Maurício Corrêa (Justiça), Alexis Stepanenko (Planejamento), Celso

Amorim (interino das Relações Exteriores), Fernando Henrique Cardoso (Fazenda), Ivan Serpa (Marinha), Lélvio Viana Lobo (Aeronáutica), Zenil Zoroastro (Exército), Arnaldo Pereira Leite (Estado-Maior das Forças Armadas); além do secretário-executivo do Conselho, almirante Mário Cesar Flores (ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos).

A seguir, a íntegra da nota divulgada ontem, após a reunião do Conselho de Defesa Nacional:

1) Presentes o Presidente da República, os membros natos (Presidentes da Câmara e do Senado, Ministros da Justiça, Marinha, Exército, Relações Exteriores, Aeronáutica, SEPLAN, Ministro Chefe do EMFA e da Casa Militar), o Ministro da Fazenda e o Secretário Executivo do Conselho (SAE/PR).

2) Assunto Amazônia

O Conselho entende que:

a) o controle da Amazônia brasileira é da alçada soberana do Brasil. O exercício desse controle soberano é compatível com a visão da humanidade sobre a Amazônia, desde que despidido de seus exageros, mitos e equívocos.

b) o Sistema de Vigilância da Amazônia (sensores, comunicações e processamento de dados), interligado aos órgãos de atuação efetiva (Polícias Federal e Estaduais, IBAMA, FUNAI, Receita Federal e Forças Armadas), será instrumento útil à repressão de atos ilícitos, ao controle ambiental e das áreas indígenas e ao monitoramento do uso da terra e das águas, ao povoamento ordenado e à garantia do desenvolvimento sustentável; além disso, contribuirá para a segurança do transporte aéreo.

c) os órgãos envolvidos devem prosseguir seus estudos, projetos e consultas, para ser verificada em profundidade a viabilidade financeira, técnica e operacional do Sistema, cuja implementação se estenderá por 5 a 8 anos. A obtenção de equipamentos e o preparo dos programas de processamento e integração sistêmica, cujo comprometimento público comprometeria o Sistema, se enquadram no inciso IX do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.